

**DIAGNÓSTICO DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DA REFORMA AGRÁRIA  
DO NORDESTE BRASILEIRO**  
*DIAGNOSTIC OF AGRARIAN REFORM COOPERATIVES AND ASSOCIATIONS IN  
NORTHEASTERN BRAZIL*

**Livio Sergio Dias Claudino**

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

[livio.claudino@gmail.com](mailto:livio.claudino@gmail.com)

**Laura Angélica Ferreira Darnet**

Universidade de Brasília

[laura.angelia@unb.br](mailto:laura.angelia@unb.br)

**Bruno Malta Brandão**

Universidade de Brasília

[brunomalta.unb@gmail.com](mailto:brunomalta.unb@gmail.com)

**Francisca Clarice Rodrigues de Sousa**

Universidade Federal Rural do Pernambuco

[clarice.luar@gmail.com](mailto:clarice.luar@gmail.com)

**Luis Antonio Pasquetti**

Universidade de Brasília

[pasquettifupunb@gmail.com](mailto:pasquettifupunb@gmail.com)

**Grupo de Trabalho (GT): GT04. Agricultura familiar, cooperativismo e associativismo**

## **Resumo**

Este artigo apresenta um diagnóstico das cooperativas e associações vinculadas à reforma agrária no Nordeste brasileiro, apresentando principalmente estrutura e funcionamento. A pesquisa, de abordagem quali-quantitativa, foi realizada entre 2024 e 2025, com base em entrevistas aplicadas durante os Encontros Nacionais de Cooperativas da Reforma Agrária, abrangendo 46 organizações ligadas à União Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária Popular do Brasil (Unicrab). Os principais resultados revelam média de 110,9 integrantes por entidades e forte presença de mulheres e jovens nas diretorias. As principais cadeias produtivas envolvem mandioca, frutas e hortaliças, com destaque para o acesso aos mercados institucionais (82,9%). O estudo evidencia o papel estratégico dessas organizações na promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento territorial sustentável, apontando desafios relacionados à governança e diversificação de mercados.

**Palavras-chave:** cooperação agrícola; mercados institucionais; agricultura familiar

## **Abstract**

*This article presents a diagnostic study of cooperatives and associations linked to agrarian reform in Northeastern Brazil, focusing mainly on structure and functioning. The research, which adopted a qualitative and quantitative approach, was conducted between 2024 and 2025, based on interviews applied during the National Meetings of Agrarian Reform Cooperatives, covering 46 organizations affiliated with the National Union of Popular Agrarian Reform Cooperatives of Brazil (Unicrab). The main results reveal an average of*

*110.9 members per entity and a strong presence of women and young people on the boards of directors. The main productive chains involve cassava, fruits, and vegetables, with emphasis on access to institutional markets (82.9%). The study highlights the strategic role of these organizations in promoting food security and sustainable territorial development, pointing out challenges related to governance and market diversification.*

**Keywords:** *agricultural cooperation; institutional markets; family farming*

## 1. Introdução

A cooperação no Nordeste brasileiro é de longa data. Embora oficialmente tenha como marco o final do século XIX, eventos anteriores, que indicam junções de pessoas com objetivos em comum de se ajudarem em alguma atividade ou propósito foram marcantes, mas que tomaram, na literatura e história, o significado de movimentos sociais mais amplos. De qualquer forma, considerando essa história de ao menos pouco mais de um século, pode-se dizer que o Nordeste figura como expressão de distintas iniciativas populares de cooperação em contexto de produção e comercialização agropecuária. Há discrepâncias de números e os dados disponíveis nem sempre são suficientes para certas afirmações, ainda mais quando consideramos a cooperação mais geral, não se restringindo apenas ao cooperativismo formal, excluindo, por exemplo, as associações, que, mesmo com natureza jurídica distinta, cumprem funções similares.

Silva e Nunes (2025), analisando o perfil da agricultura familiar no Nordeste envolvido com as cooperativas aponta para a baixa adesão, sendo justificado principalmente por fatores anteriores como as demais carências socioeconômicas e produtivas. Os autores apontam, com base em dados do Censo Agropecuário de 2017, que o percentual de estabelecimentos no Nordeste que participam de cooperativas é de 1,3%, enquanto que Sul é de 37,5% e Sudeste de 14,6%. Embora relevante, esses dados não dizem respeito à participação em outras formas de organização, uma vez que a mesma pesquisa encontra mais de 40% dos estabelecimentos que participam de associações ou sindicatos.

Esse trabalho tem por objetivo apresentar um diagnóstico da cooperação na reforma agrária nordestina, envolvendo cooperativas e associações que fazem produção e comercialização de gêneros da agricultura e pecuária no Nordeste brasileiro, especialmente em dados de 2024 e 2025. Para alcançar esse objetivo, foi realizado um levantamento junto a representantes das cooperativas, além de revisão de literatura.

## 2. Referencial teórico

A cooperação em meio rural, de modo mais abrangente, não é algo recente. De modo mais organizado ou mais empreendedor, vimos nas últimas décadas um estímulo à

formalização das organizações. O exemplo dessa valorização é que no ano de 2025 a Organização das Nações Unidas definiu como o ano internacional do cooperativismo. De natureza distinta que as iniciativas privadas, as cooperativas e associações possuem regimes jurídicos que são mais exclusivos, até distintos entre si, mas que trazem a marca da livre adesão, participação nos processos de gestão e compartilhamento de ganhos e desafios.

Há um forte alinhamento entre os pressupostos da reforma agrária e a cooperação, desde o modo como se pensa a gestão coletiva de bens comuns (ao exemplo de espaços comuns, água, ar, decisões em geral que afetam os territórios de assentamentos e acampamentos), que é similar nas cooperativas e associações, uma vez que o resultado alcançado, seja positivo ou negativo acaba afetando a coletividade, de modo mais ou menos direto. Em ambas situações, o coletivismo se faz primordial, mas, distintamente de um assentamento, uma cooperativa ou associação exige formas de gestão que devem ser muito mais específicas, aos moldes de empresas ou firmas.

Os riscos de problemas de competitividade são inerentes a todas elas, uma vez que apesar de internamente funcionarem em moldes anti exploração capitalista, do ponto de vista externo, de acesso aos mercados, estão sujeitos às mesmas regras, sendo que quanto mais avançam, ao invés de se contrapor ao capital possibilitam sua ascensão. A manutenção dos princípios se torna cada vez mais difícil. Mas há particularidade regionais que são interessantes. Enquanto o restante do Brasil, o modelo europeu de cooperativismo predomina, no Nordeste e Norte, as formas associativas têm destaque - embora em nossa pesquisa ocorre justamente o oposto (VEDANA et al., 2022).

Santos, Ferreira e Campos (2019) indicam que dentre as barreiras que limitam o desempenho das cooperativas estão a trajetória histórica das mesmas, os processos de gerenciamento e o suporte de apoio técnico, especialmente quando essas organizações necessitam acessar recursos públicos, como é o caso aqui apresentado. Gregolin (2015) também indica que há carência nos processos gerenciais de empreendimentos de agricultura familiar cooperados e que modos de interagir com o mercado, gestão financeira, planejamentos estratégicos podem se constituir em diferenciais para a perenidade das entidades. Assim, o diagnóstico aqui proposto deve fomentar elementos para a melhor compreensão sobre a situação atual e perspectivas das cooperativas e associações da reforma agrária no Nordeste.

### **3. Metodologia**

A pesquisa A metodologia do trabalho consistiu em pesquisa bibliográfica, acesso a sites e bancos de periódicos, e pesquisa quali-quantitativa, com entrevistas feitas junto a representantes de cooperativas de reforma agrária. Também foi utilizado o banco de dados da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB, 2025), para algumas comparações e análises. Os resultados aqui apresentados são um recorte de uma pesquisa nacional, realizada em 2024 e 2025. A coleta dos dados primários foi feita durante os dois Encontros Nacionais de Cooperativas da Reforma Agrária, realizados em Luziânia, Goiás, em 2024 e 2025. Durante o evento, as pessoas responsáveis pelas organizações foram convidadas a responder, juntamente a um(a) entrevistador(a) da equipe, as perguntas do formulário. Posteriormente, os dados foram tabulados em planilhas on-line, servindo de base para a elaboração dos resultados.

Vale destacar que o universo total da pesquisa se refere às cooperativas e associações vinculadas à União Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária Popular do Brasil (Unicrab), instituição criada pelo MST para organizar suas entidades de cooperação agropecuária, que reúne e organiza as entidades diretamente ligadas à reforma agrária. A escolha desse universo se deu em função dos objetivos do projeto 7460 “Cooperativismo e Associativismo em Áreas de Reforma Agrária: Potencialidades e Desafios”, sendo cooperação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e a Universidade de Brasília. Assim, foram entrevistadas 46 dirigentes de organizações, de um universo de 68 no Nordeste brasileiro, até 2025.

#### **4. Análise dos dados**

A apresentação dos dados seguirá um roteiro incluindo situação estatutária (se é cooperativa ou associação), localização, número de integrantes, presença de jovens e mulheres, assentamentos envolvidos, ramo de atuação, principais produtos e canais de comercialização. Vale destacar que a amostragem envolve 46 respondentes (em alguns casos, consideramos apenas 43, uma vez que 3 são centrais de cooperativas, e alguns números não possíveis de tratamento nesta pesquisa), de um universo estimado em 68 organizações situadas no Nordeste e vinculadas à Unicrab, que é objeto do estudo aqui apresentado, equivalente a uma amostra de mais de 65% do universo pesquisado.

Em termos de localização por estados, temos Sergipe e Pernambuco com o maior número de respondentes, sendo 9 cada, equivalente a 19,6% (ou 39,2% da amostragem quando juntos), seguido de Paraíba com 8 (17,4%), Ceará com 7 (15,2%), Bahia e Piauí com 4 cada estado (8,7%), Alagoas com 3 e Rio Grande do Norte com 2, representando 6,5 e 4,3% respectivamente. Esses dados revelam uma média de 5,7 organizações por estado. Em termos

estatutários, 76,1% são cooperativas, 17,4% são associações e 6,5% são centrais de cooperativas. Indicando a tendência à formalização enquanto cooperativas, que possibilitam funções econômicas mais amplas. A distribuição por estados, mostrada no quadro abaixo (Quadro 1) revela questões importantes sobre o quantitativo de organizações e integrantes.

Quadro 1: Quantitativo de organizações e integrantes por estado e dados comparativos com a OCB.

Estado	Organizações		Integrantes das organizações				OCB
	Número	%	Número	Mínimo	Máximo	Média	Média/integrantes
AL	3	6,5	172	57	99	57,3	180,4
BA	4	8,7	1502	150	750	375,5	284,2
CE	6	13,0	679	73	221	113,2	101,5
PB	7	15,2	782	40	300	111,7	105,8
PE	8	17,4	696	12	256	87,0	376,6
PI	4	8,7	321	20	170	80,3	89,4
RN	2	4,3	74	15	59	37,0	73,05
SE	9	19,6	542	16	143	60,2	168,5
<b>Soma</b>	<b>43</b>	<b>93,5</b>	<b>4768</b>	<b>12</b>	<b>750</b>	<b>110,9</b>	<b>137,15</b>

Fonte: Resultados da pesquisa (2025), Anuário OCB (2025).

Conforme exposto acima, o número de pessoas vinculadas às organizações equivale a 4.768 (quatro mil setecentos e sessenta e oito), com um mínimo de 12 e o máximo de 750 pessoas envolvidas em cada uma, dando uma média de 110,9 pessoas por entidade. As cooperativas com maior número de integrantes estão na Bahia (média de 375,5 sendo o mínimo de 150 e máximo 750), enquanto que o Rio Grande do Norte apresenta as menores quantidades, sendo a média 37 (com mínimo 15 e máximo 59).

Comparando essas informações com os dados da OCB (2025), para o ano de 2024 do ramo agropecuário, encontramos uma média geral maior no número de integrantes, chegando a 137, sendo que o estado com maior média é Pernambuco (376 pessoas), enquanto que em nossa amostragem Pernambuco conta com média de 87, ocupando a 4ª posição. Já a Bahia, que apresenta maior volume de integrantes entre as cooperativas de reforma agrária em nossa amostragem, ocupa a 2ª posição entre as cooperativas do ramo agropecuário no anuário da OCB. As posições ficaram equivalentes quando observamos o estado com a menor média nas duas bases, que é o Rio Grande do Norte, que na OCB é 73 integrantes e na base da nossa pesquisa é de 37. Esse comparativo é relevante por indicar que tanto as organizações, sejam cooperativas ou associações ligadas aos movimentos sociais de reforma agrária apresentam adesões similares às demais, variando de acordo com o estado da federação.

Outra variável importante quando tratamos de organizações de gestão coletiva diz respeito à formação das mesas diretivas, incluindo a quantidade de pessoas, o número de mulheres e jovens, que diz respeito à governança da entidade. As 46 organizações de nossa amostragem agrupam 437 pessoas na diretoria, incluindo cargos de gestão direta e conselhos fiscais. Considerando o número total de integrantes informado, isso equivale a pouco mais de 9% dos participantes, indicando um bom número de pessoas em processos de gestão. Em média, as organizações possuem 9,5 integrantes na diretoria, variando entre 4 e 20 pessoas, sendo que a menor média está em Alagoas e Rio Grande do Norte, com diretorias compostas por 8 pessoas, enquanto no outro extremo, Piauí com 10,5 pessoas na média.

A governança da organização é ponto estratégico para o seu sucesso e sanidade geral do empreendimento coletivo. Conforme apontam Maciel et al. (2018), governança se refere ao sistema que gerencia, monitora e produz incentivos às organizações, incluindo cooperados, conselhos de administração, diretorias e outros. Baseando-se nos resultados do Instituto Brasileiro de Governança Participativa, os autores apontam que os quatro princípios que orientam boas práticas: a equidade (*fainerss*), a Prestação de contas (*accountability*), a Responsabilidade social organizacional e a Transparência (*disclosure*). Os autores apontam diversos problemas que podem surgir, como conflitos relacionados às formas de gestão e tomadas de decisão, direitos de propriedade, entre outros.

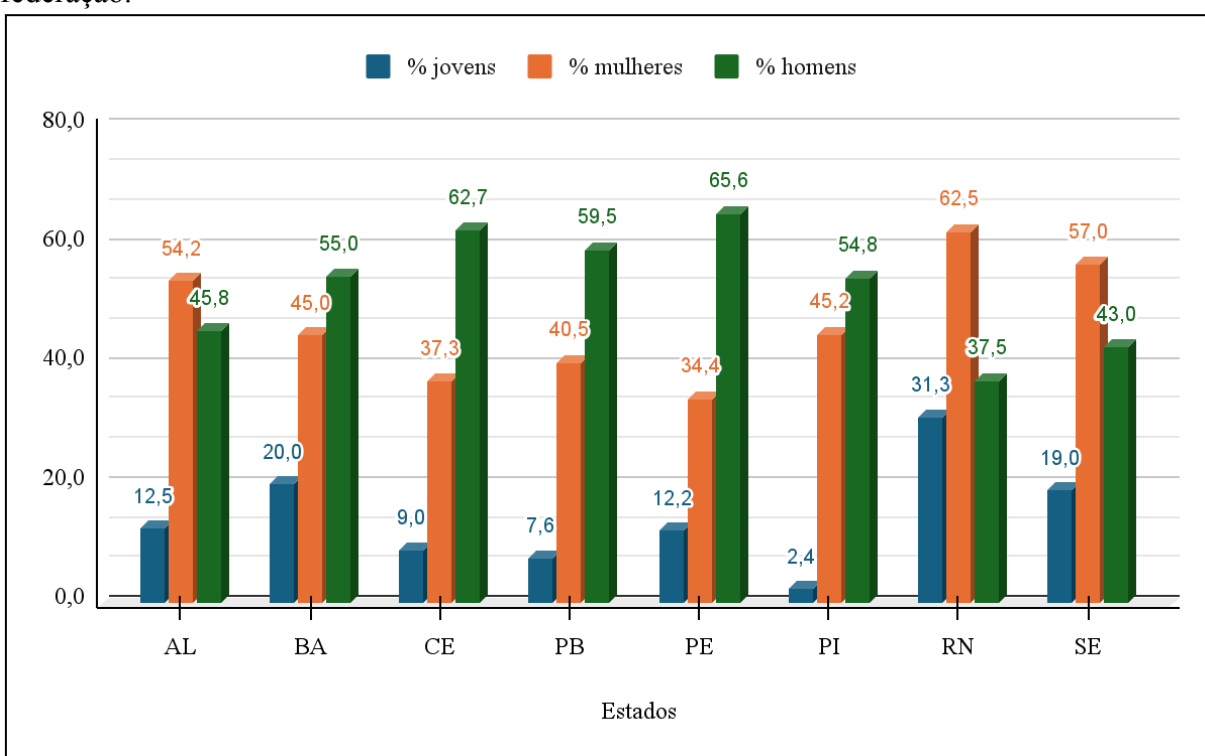
Pies, Baggio e Romeiro (2016) fazem uma instigante discussão sobre governança e participação em ambientes de cooperativas. Os autores alertam para a necessidade de se estimular a participação dos integrantes nos processos de decisão, sugerindo por exemplo, conselhos ampliados e descentralizados que podem fazer reuniões nas próprias comunidades, para discussões sobre pautas estratégicas, servindo também para preparar as pessoas para a participação mais ativa nas assembleias gerais. Os arranjos de governança incidem diretamente na participação dos integrantes nas decisões da organização.

O envolvimento de jovens e mulheres tem sido apontado como estratégico nesse sentido. O sistema OCB, por exemplo, sugere a criação Comitês de Jovens em Cooperativas, tendo inclusive produzido um manual para apoiar na criação e funcionamento do mesmo (OCB, 2024), apontando que a inclusão de jovens e mulheres na gestão são fundamentais não apenas para a garantia do futuro mas também para transformação social e econômica, destacando a importância do desenvolvimento de projetos inovadores que possam atrair esses públicos.

Ao considerarmos essas especificidades, como gênero e juventude, identificamos que em termos gerais, 12,6% dos integrantes da diretoria em nossa amostragem possuem até 29

anos, enquanto que 44,2% são mulheres e 55,8% são homens, havendo variações nos estados, conforme imagem abaixo (Gráfico 1). O estado do Rio Grande do Norte conta com o maior percentual de jovens, acima de 30%, enquanto que o Piauí tem o menor, abaixo de 3%. Ao mesmo tempo, RN também possui mais mulheres em diretoria, 62,5%, enquanto Pernambuco possui menor média (34,4%). Dentre as unidades federativas, aquela que apresenta maior equitatividade nessa distribuição média é a Bahia, uma vez que 20% são jovens, 45% mulheres e 55% homens, sendo possível com algum pequeno ajuste ficar equivalente entre os gêneros e mantendo a juventude.

Gráfico 1: Valores percentuais de jovens, mulheres e homens nas organizações por estado da federação.



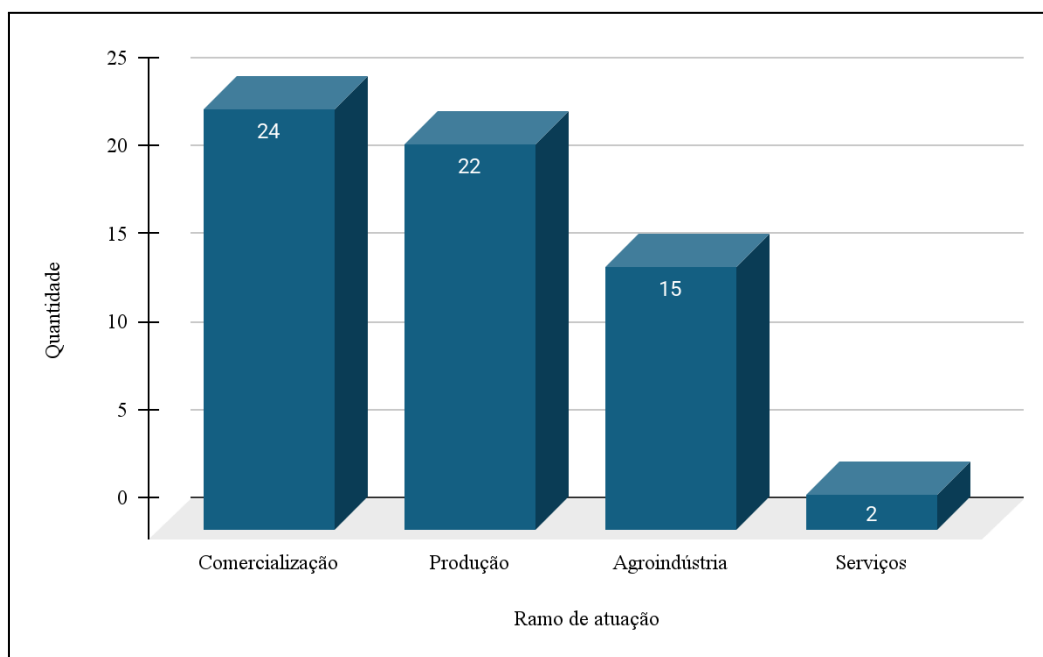
Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Em termos de abrangências territoriais, essas organizações envolvem assentamentos e acampamentos (modalidade de ocupação provisória de terras improdutivas e passíveis de desapropriação) em diversas cidades de cada estado. Embora nosso número ainda seja aproximado, e certamente subestimado, devido à dificuldade de informar com grande precisão, mesmo delimitando o ano de 2024 como base, para ter certeza de quantos desses territórios estiveram envolvidos, dadas as sazonalidades produtivas e inter-relações que podem ser mais efetivas ou pontuais, são reveladores. No somatório, excluindo-se as centrais de cooperativas, portanto, 43 respondentes, temos um total de 359 assentamentos e 67 acampamentos envolvidos, sendo o total de 426 territórios. Esses números expressam a

relevância dessas organizações para o fortalecimento da agricultura familiar, já que cada organização abrange quase 10 assentamentos ou acampamentos (ainda subestimado), envolvendo centenas de municípios.

Quanto aos ramos de atuação, obtivemos 63 indicações de atividades das 46 organizações, indicando que muitas participam de mais de um ramo de atividades. Como apresentado na imagem abaixo (Gráfico 2), os ramos em destaque são comercialização (mencionadas por 24 organizações, equivalendo a 55,8%) e produção (com 22 respostas, ou 51,2%), sendo a indústria o terceiro colocado, com 15 organizações, ou 34,9%. Ao agruparmos por quantitativo de ramos, não representado aqui graficamente, predominam situações em que as organizações realizam 2 ramos (em 46,5% dos casos), seguido de 3 ramos, em 35% das situações, e por último, aquelas que atuam em apenas 1 ramo, declarado por 18,5%. As principais combinações ocorrem por meio da dupla: produção e comercialização.

Gráfico 2: Ramos de atuação das organizações de reforma agrária no Nordeste, 2025.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Em relação aos principais produtos dessas organizações, identificamos cerca de 30, havendo uma boa variedade, com destaques para a produção e processamento de tubérculos, sobretudo mandioca, seguido de frutas (seja as frutas *in natura*, polpas e sucos) e hortaliças. A imagem abaixo (Quadro 2) permite visualizar os agrupamentos e seus números.

Quadro 2: Principais produtos das organizações de reforma agrária no Nordeste, 2025.

Item	Frequência	Item	Frequência
------	------------	------	------------

Mandioca e outros tubérculos	19	Mel	7
Frutas (diversas)	17	Carne	6
Hortaliças, verduras e legumes	8	Leite	6
Cereais (milho e arroz)	7	Bolos	4
Feijão	7	Peixe/camarão	3
Outros (castanhas, cana, café, serviços, ovos, silagem, medicinais, óleos)			12

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Os dados revelam a importância de itens básicos da alimentação, como a mandioca e farinhas, as frutas, o milho, o feijão, enquanto produtos de origem vegetal, e leite, mel, carne e peixes como produtos de origem animal, com menor frequência. Esse perfil de produtos corresponde com aquilo que a agricultura familiar nos diferentes territórios tem conseguido avançar no sentido do abastecimento alimentar, com soberania e segurança alimentar, ajudando a reduzir os índices de fome e insegurança alimentar no campo e na cidade, fornecendo os produtos do cotidiano das famílias nordestinas e brasileiras. Ao direcionarmos o olhar para os estados, identificamos as principais cadeias de produção ou circuitos produtivos (Quadro 3).

Quadro 3: Principais produtos das organizações de reforma agrária no Nordeste, 2025, separados por estados da federação.

<b>Estados</b>	<b>Produtos</b>
AL	Mandioca, frutas e mel
BA	Frutas, mandioca, café e leite
CE	Hortaliças, mandioca, caju, leite e mel
PB	Milho, feijão, peixe/camarão, hortaliças e frutas
PE	Mandioca, carnes, hortaliças, frutas e milho
PI	Mel, frutas, milho e feijão
RN	Frutas, hortaliças e mel
SE	Mandioca, frutas, hortaliças e cana

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

A mandioca e produção de outros tubérculos aparece de forma mais expressiva enquanto cadeia produtiva no Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Bahia e Ceará. Já as frutas, a Bahia e Rio Grande do Norte lideram, seguidos de Piauí, Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Piauí. Em 2025, durante a V Feira Nacional da Reforma Agrária, o MST divulgou um mapa atualizado das cadeias produtivas de todos os estados, em que apresentamos abaixo um recorte dos estados do Nordeste brasileiro (Figura 1), coincidindo muito com o levantamento que fizemos direto nas organizações entrevistadas. (MST, 2025)

Figura 1: Principais produtos das organizações de reforma agrária no Nordeste, 2025.

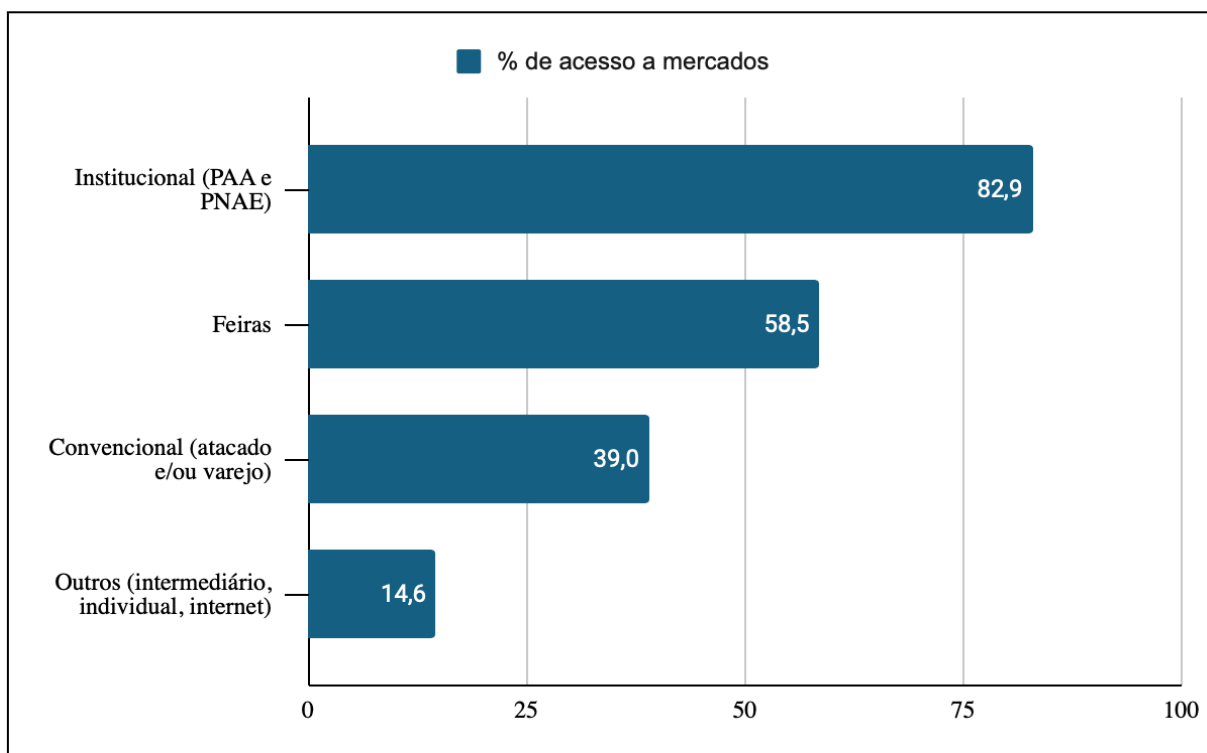


Fonte: MST (2025), com adaptação dos autores.

Esse mapa é importante por nos ajudar a visualizar as cadeias que foram indicadas como prioritárias para o conjunto maior de organizações, coincidindo em grande parte com a nossa amostragem, embora ao priorizarmos as três principais de cada organização, alguns podem não aparecer no mapa apresentado pelo movimento. Por exemplo, ao agruparmos frutas e sucos, sem destacar cacau ou outras específicas (à exceção do caju no Ceará), ou criar a categoria Outros, envolvendo ovos, cana, ou agrupar milho e arroz, gera apresentação de dados um pouco distintos. De todo modo, o texto do MST (2025) confirma mais de 30 cadeias produtivas em diferentes estágios de consolidação em todo o país, que têm ajudado a consolidar territórios de reforma agrária.

Por fim, ao observarmos os espaços de comercialização, identificamos que os mercados institucionais (incluindo aí os âmbitos federal, estadual e municipal), as feiras e os convencionais (seja atacado ou varejo), são as principais vias de comércio (Gráfico 3). Das 41 organizações que declararam comercializar produtos, 34 (82,9%) usam o mercado institucional, sendo que apenas 1 usa como fonte secundária. Já as feiras, acessadas por 58,5% são, em geral, a segunda (para 13 das 41) ou terceira (para 10 das 41) via de comercialização, aparecendo como primeira via para apenas 1 organização. Já o mercado convencional, aparece como importante para 16 respondentes, sendo que é primeira via para 4 e segunda via de mercado para 12 organizações.

Gráfico 2: Principais mercados acessados pelas organizações de reforma agrária no Nordeste, 2025.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Esses dados são instigantes para a discussão sobre o alcance das políticas públicas e a necessidade de fortalecimento das mesmas. Considerando que mais de 80% das organizações que comercializam produtos da reforma agrária no Nordeste estão acessando mercados institucionais, implica dizer que há certa efetividade, cabendo ainda mais aprofundamento sobre as formas, volumes de recursos, entraves e outras potencialidades a serem acessadas.

Programas como PNAE e PAA são muito relevantes no que diz respeito à promoção do acesso à alimentação, em especial aquela de qualidade, tanto nas escolas quanto para populações em situação de vulnerabilidade. Por outro lado, também fortalecem os sistemas de produção (ELIAS, 2023; SILVA, BARIM, MURTA-NASCIMENTO, 2025). Considerando os princípios do MST, a promoção de comida de verdade, livre de agrotóxicos e praticada com os princípios da agroecologia, mesmo que não seja algo ainda realizável em todas as situações, trazem consigo fortes indícios de ampliação nos acessos. Vale a ressalva de que a dependência de mercado institucional amplia os riscos das organizações, uma vez que mudanças de governo ou na ênfase de políticas públicas pode gerar desequilíbrios.

O olhar mais apurado sobre esses mercados indica também o quanto formas de venda em varejo, seja nas feiras ou em outros mercados convencionais tem permitido uma diversificação. Isso é revelador do investimento para garantir a circulação de alimentos no

nível local e regional, atendendo às demandas alimentares das populações nos territórios. Do ponto de vista do desenvolvimento territorial sustentável, tais estratégias devem ser valorizadas e priorizadas. Considerando que no plano de metas estratégicas do MST (2024) estão a massificação da agroecologia rumo a um projeto de Reforma Agrária Popular, um olhar atento para o avanço dessas associações e cooperativas se faz necessário.

Os resultados do diagnóstico aqui apresentado nos permitiu visualizar aspectos gerais da estrutura e funcionamento das organizações que operam por meio da cooperação agropecuária em territórios de reforma agrária no Nordeste do Brasil, sendo possível apontar comparativos com organizações similares. Outros aspectos devem ainda ser melhor compreendidos como os processos de governança, os volumes de produção, valores obtidos, sistemas de produção (se convencionais, agroecológicos ou em transição, etc.), volume de empregos, além de aspectos ligados às mudanças climáticas que, ao nosso ver, devem encontrar soluções inovadoras nas formas associativas e cooperativas na agricultura, processamento e comercialização de alimentos.

## **5. Conclusão**

Esse texto teve o objetivo de apresentar um diagnóstico das organizações de reforma agrária no Nordeste brasileiro, trazendo questões fundamentais sobre como as mesmas estão estruturadas e em funcionamento, incluindo aspectos da gestão, inclusão de jovens e mulheres, além de mercados que são acessados e territórios atingidos. Foi possível demonstrar que as mesmas cumprem importantes funções sociotécnicas no que diz respeito tanto ao abastecimento alimentar quanto ao desenvolvimento sustentável de modo mais geral.

Observar pontos como a forte presença de mulheres e jovens na gestão indica avanços já alcançados rumo a mudanças sociais necessárias, que o movimento tem feito já há um tempo. Ressalvando-se que, no interior de alguns estados pode-se melhorar a inclusão tanto de mulheres, mas especialmente de jovens na gestão. A diversificação nos ramos e atividades desenvolvidas, bem como a busca de acessar mais de um mercado são estratégias que devem ser fortalecidas. Por outro lado, apesar da diversificação, observamos uma forte presença dos mercados institucionais como principal via de comercialização, o que coloca as entidades em risco, em casos de mudanças de governos.

A pesquisa está em andamento e aqui apenas uma parte da base de dados foi mobilizada, sendo necessário aprofundar mais questões, como acesso a créditos, estratégias de manutenção e ampliação de mercados, nível de profissionalização. Um dos limites observados foi a dificuldade para a coleta de dados mais precisos sobre assentamentos e acampamentos

que fazem parte, além da necessidade de um tratamento mais específico para as centrais de cooperativas. Esperamos que essa pesquisa possa fundamentar discussões sobre como a cooperação pode fortalecer processos de mudança social para o alcance de territórios sustentáveis.

## Referências

ELIAS, Lilian de P. Compras públicas de alimentos da agricultura familiar enquanto instrumento de inclusão produtiva. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. Brasília, v. 29, n. 76, p. 225-240, out. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt76/af3>. Acesso em: 23 ago. 2025.

GREGOLIN, M. R. P. **Diagnóstico de gestão em cooperativas da agricultura familiar no Estado do Paraná**: limites e potencialidades em um modelo solidário e democrático. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/1506> Acesso em 22 out. 2025.

MACIEL, A. P. B. et al. Governança em Cooperativas: Aplicação em uma Cooperativa Agropecuária. **Revista De Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 600–619, jul./ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2018170228>. Acesso em: 24 out. 2025.

MST – MOVIMENTO SEM-TERRA. 5ª Feira da Reforma Agrária compartilha produtos de mais de 30 cadeias produtivas, em São Paulo. [S. l.], 5 maio 2025. Disponível em: <https://mst.org.br/2025/05/05/5a-feira-da-reforma-agraria-compartilha-produtos-de-dez-cadeias-produtivas-em-sao-paulo/>. Acesso em: 22 out. 2025.

MST – MOVIMENTO SEM-TERRA. Reforma agrária popular e massificação da agroecologia são propostas centrais do MST ao G20. **Coluna Notícias**, [S. l.], 11 maio 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2025/05/11/cooperativas-do-mst-colheitas-de-resistencia-e-esperanca-no-campo-brasileiro/>. Acesso em: 12 maio 2025.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. **Anuário do Sistema OCB: Panorama do Cooperativismo Agropecuário no Brasil**. 2025. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/anuario-ramos/agropecuario>. Acesso em: 22 out. 2025.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. **Manual de Implantação e Funcionamento de Comitês de Jovens em Cooperativas**. [S. l.]: Geração C, 2024. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/arquivos/publicacoes/digital-manual-comit-c3-aas-de-jovens-v01-web.pdf>. Acesso em: 23 out. 2025.

PIES, M. P.; BAGGIO, D. K.; ROMEIRO, M. do C. Participação dos associados: um pilar estratégico de governança do cooperativismo. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 6, n. 2, p. 221-236, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://seer.atitus.edu.br/index.php/raimed/article/view/1579>. Acesso em: 24 out. 2025.

SANTOS, L. F. dos; FERREIRA, M. A. M.; CAMPOS, A. P. T. de. Barreiras de desempenho e políticas públicas: análise em cooperativas de agricultura familiar. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 24, n. 77, 2019. DOI: 10.12660/cgpc.v24n77.73030. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/73030>. Acesso em: 24 out. 2025.

SILVA, R. M. A.; NUNES, E. M. Perfil dos estabelecimentos de agricultura familiar associados em cooperativas na região Nordeste do Brasil. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), Santa Cruz do Sul, v. 30, e18486, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v30i1.18486>. Acesso em: 24 out. 2025.

SILVA, V. C. da; BARIM, E. M.; MURTA-NASCIMENTO, C. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos para o fortalecimento da agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: revisão integrativa. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online], Rio de Janeiro, v. 35, n. 01, e350106, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312025350106pt>. Acessado 20 de ago. 2025